

PROCURADORIA ESPECIAL
da Mulher

**Equidade de gênero
na política
2016**

Procuradoria
Especial da Mulher



SENADO
FEDERAL



Mais mulheres na política

Em comemoração à passagem de dois anos do lançamento da campanha “Mais mulheres na política” pelo Congresso Nacional e pelo TSE, o DataSenado realizou pesquisa de opinião pública, em parceria com a Procuradoria da Mulher e com a Ouvidoria do Senado, para investigar a experiência de candidatas e candidatos nas eleições de 2012 e 2014.

O objetivo principal da sondagem foi tentar identificar fatores que têm resultado na já conhecida baixa representatividade das mulheres nos cargos eletivos no país, e que poderão influenciar os resultados do próximo pleito municipal, em outubro.

PROCURADORIA ESPECIAL
da Mulher

Pesquisa indica causas da sub-representação feminina

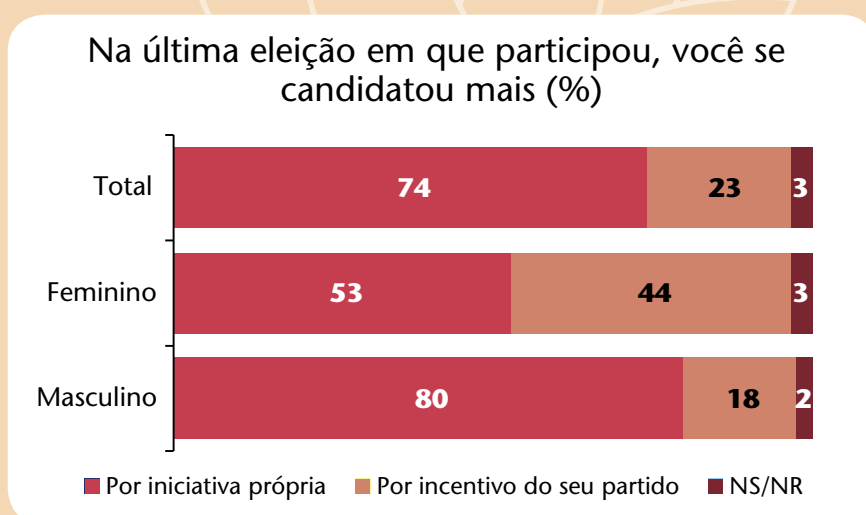
Como se sabe, considerando juntas as eleições de 2012 e de 2014, apenas 21% dos candidatos eram do sexo feminino. Esse percentual não reflete a proporção de mulheres na população brasileira, que é de 50,64%.

Assim, o DataSenado selecionou uma amostra de abrangência nacional de 1.287 pessoas que concorreram nas eleições municipais de 2012 ou nas eleições gerais de 2014, e coletou informações desses candidatos e candidatas em entrevistas telefônicas realizadas entre 23 de fevereiro e 4 de março de 2016.

Os resultados ora apresentados complementam levantamento feito pelo Instituto em 2014, com toda a população. Naquela ocasião, investigou-se o interesse e as expectativas da mulher brasileira acerca da atividade política. Com a presente pesquisa, podem ser comparadas tais expectativas com descobertas na prática daquelas que de fato concorreram em eleições.

Cotas impulsionam candidatura de mulheres

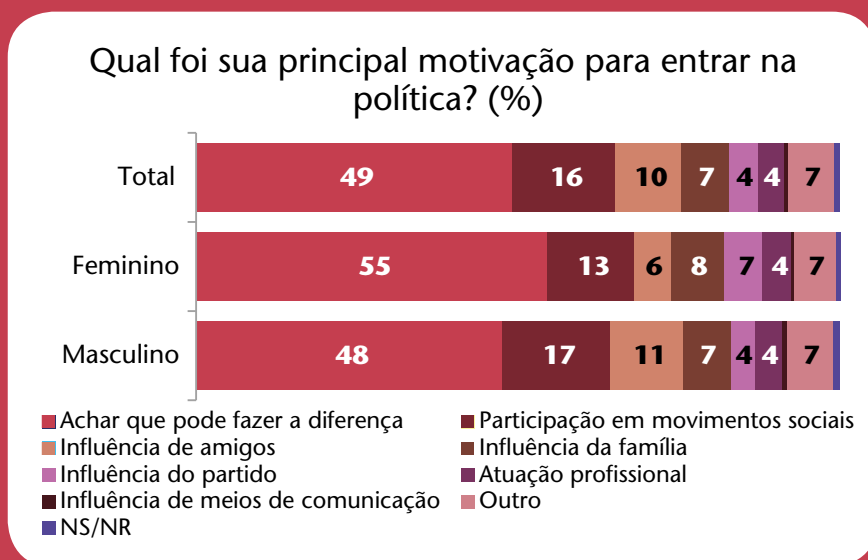
Três em cada quatro políticos afirmam que sua candidatura se deveu mais a iniciativa própria do que a esforço do partido, na última eleição em que concorreram. Esse é o caso da grande maioria dos entrevistados do sexo masculino (80%). Já entre as candidatas, expressivos 44% atribuem suas candidaturas à ação dos partidos políticos, contra apenas 18% de homens nessa condição.



A iniciativa dos partidos para a participação de mulheres nas eleições é resultado da **Lei de Cotas**, que obriga os partidos a lançarem mínimo de 30% de candidatos de cada um dos sexos para concorrer aos cargos nas eleições proporcionais. Com efeito, 78% dos entrevistados afirmaram que essa lei ajuda a eleição das mulheres

Vontade de fazer diferença

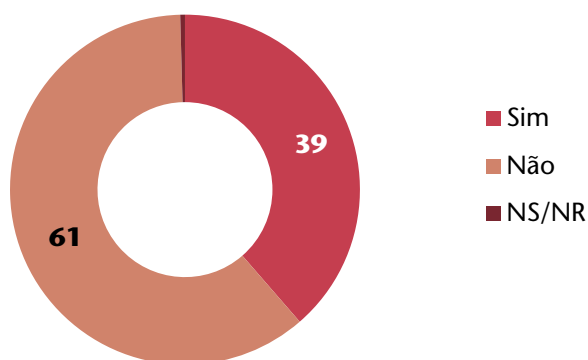
Apesar do efeito das cotas, a principal motivação para as mulheres entrarem na vida pública não é a influência do partido nem de pessoas próximas a elas. Na verdade, é a crença de que “podem fazer diferença” que tem movido a maior parte das candidatas a querer participar ativamente da política – opção apontada por 55% delas, contra 48% dos candidatos. Os homens parecem um tanto mais céticos quanto a sua capacidade de promover mudanças, e atribuem mais importância à sua participação em movimentos sociais e à influência de amigos como fatores motivacionais para a candidatura.



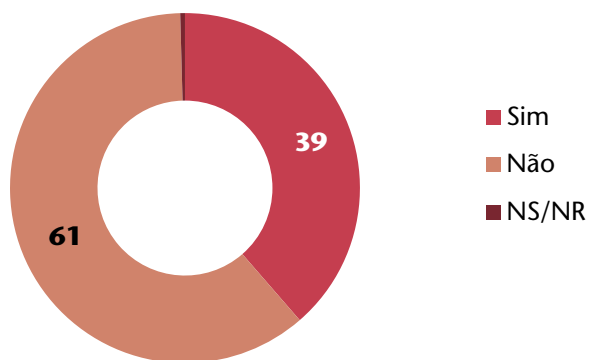
Candidatas têm maior disponibilidade para ocupar cargos em outras cidades

A mudança de cidade para ocupar cargos eletivos está geralmente associada a alterações de sentido na carreira política, seja progredindo rumo a uma representação estadual ou federal, seja retornando para um cargo municipal. Para ambos os sexos, mudar de cidade é trabalhoso. Mas a expectativa que se tinha era que, por causa da família, esse tipo de mudança seria mais difícil para mulheres, e que elas estariam, portanto, menos dispostas a fazê-lo. O resultado mostrou que, ao contrário, os homens têm um comportamento mais arraigado e que as mulheres estão mais propensas a trocar o local de residência. O dado não permite conclusões sobre os custos relativos da mudança de lar para um ou outro sexo, mas podem ser indicativos de sua ambição política – e, nesse caso, as candidatas estariam à frente.

Você concorreria a cargos eletivos para os quais fosse necessário mudar de cidade?(%)
MASCULINO



Você concorreria a cargos eletivos para os quais fosse necessário mudar de cidade?(%)
MASCULINO

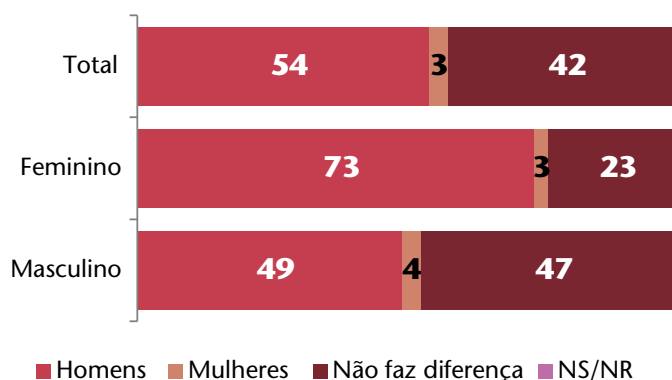


Ambiente político favorece homens

O sistema político privilegia indivíduos do sexo masculino – essa é a impressão predominante e compartilhada por 54% do total de participantes da pesquisa. Para outros 42%, o sexo do candidato não faz diferença.

A opinião de que homens levam vantagem sobre mulheres sobe para 73% quando considerada apenas a opinião das candidatas – revelando que entre elas a sensação de desvantagem é ainda maior.

Na sua opinião, o ambiente político favorece mais:
(%)



Mesmo com a lei de cotas, e com esforços pessoais de quem decide concorrer nas eleições, o ambiente político ainda dificulta avanços para equidade.

Cônjuge político é fator de peso para candidatura de mulheres

Ter parentes na política não parece ser diferencial para candidaturas de ambos os sexos. Do total de entrevistados, 44% afirmam ter familiar que exerce ou já exerceu cargo eletivo. O valor encontrado não é estatisticamente diferente para homens e mulheres – varia apenas 1%, tanto para o grupo dos que têm ou tiveram parente na política quanto para os que não têm.

Assim, não parece ser verdade que a via familiar seja o caminho de ingresso na política preferencial para as mulheres nem para os homens.

Há diferença, porém, nos vínculos familiares pelos quais se dá a transmissão do “gene” político.

Se você tem parente que exerce ou já exerceu cargo efetivo, qual a sua relação de parentesco com essa pessoa?

	Total	Sexo	
		Feminino	Masculino
Avós, netos, tios, sobrinhos ou primos	59%	44%	63%
Mãe, pai ou irmãos	33%	31%	34%
Cônjuge ou ex-cônjuge	5%	21%	0%
Demais parentes	13%	22%	11%
NS/NR	2%	2%	3%

Vê-se na tabela que a existência de cônjuge ou ex-cônjuge com histórico na política é muito mais relevante para as candidatas do que para os candidatos. Nenhum homem relatou ter companheira ou ex que já tenha sido eleita anteriormente, enquanto que para as mulheres essa proporção é de 21%.

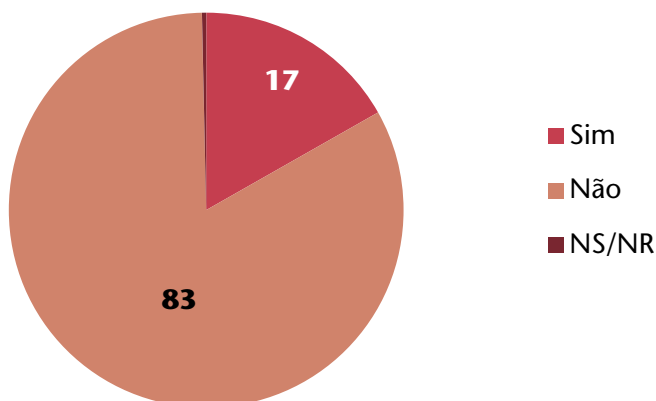
Não se deve, contudo, superestimar o papel dos cônjuges no acesso das mulheres à vida política. Proporcionalmente têm mais importância os parentes de 2º e 3º grau (como avós e tios) e, em seguida, os de 1º grau (pais e irmãos). Aliás, é importante notar que pais e irmãos com passagem pela política ocorrem em igual proporção para homens e mulheres, e que os parentes de 2º e 3º graus são ainda mais frequentes entre os candidatos - chegando a 63% deles.

Mais de 1/3 das mulheres já sofreu com preconceito na política

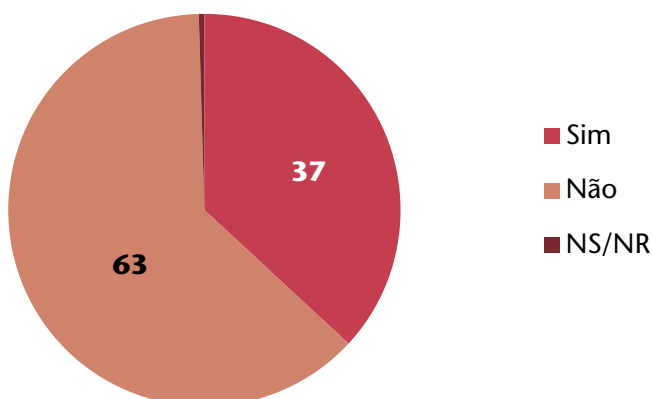
Quando questionadas se já foram discriminadas por causa de seu gênero no ambiente político, 37% das mulheres afirmaram que sim, contra 17% dos homens.

Interessante notar que não houve diferença significativa entre brancos e negros na discriminação de gênero. Ou seja, ambos declararam ter sido ou não discriminados em percentuais muito próximos.

Você já foi discriminado no ambiente político por causa do seu gênero? (%)
MASCULINO



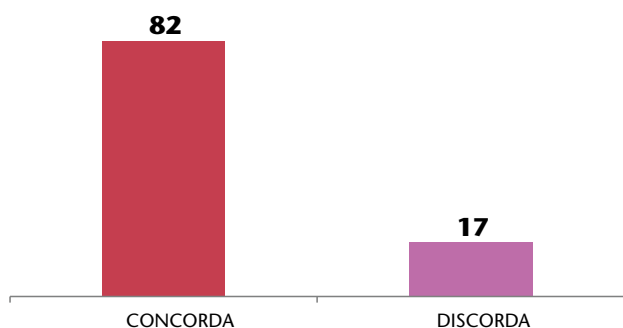
Você já foi discriminada no ambiente político por causa do seu gênero? (%)
FEMININO



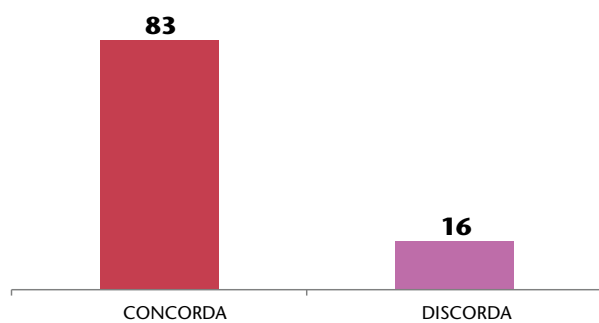
Mulheres têm menor interesse por política

Para 82% dos entrevistados, homens apresentam mais interesse por política que mulheres; 68% das candidatas concordam com tal afirmação, contra 86% dos candidatos.

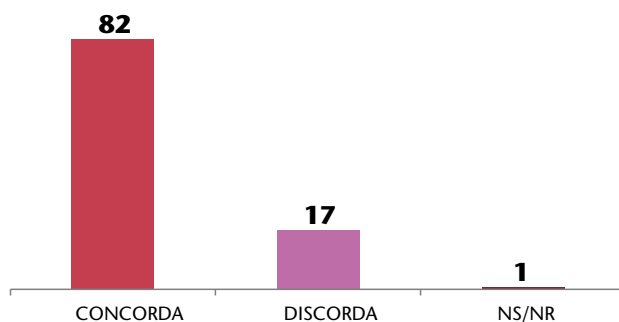
Homens apresentam mais interesse por política que mulheres. (%)



Homens e mulheres possuem as mesmas aptidões para exercer cargos eletivos. (%)



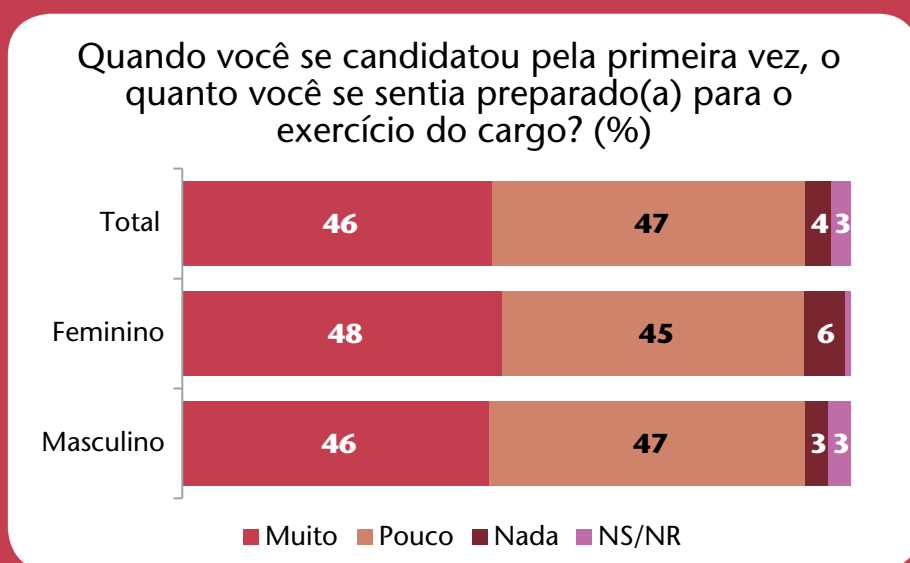
Mais mulheres serão eleitas em nosso país se os cidadãos se informarem mais sobre política. (%)



A concordância com a frase poderia significar a aceitação do tradicional estereótipo de gênero, segundo o qual na divisão dos papéis a atividade política seria eminentemente masculina. Mas para contrariar a tese, 83% dos entrevistados concordaram também que homens e mulheres têm as mesmas aptidões para exercer cargos eletivos e que a eleição de mais mulheres no Brasil estaria relacionada com o maior conhecimento dos cidadãos sobre política.

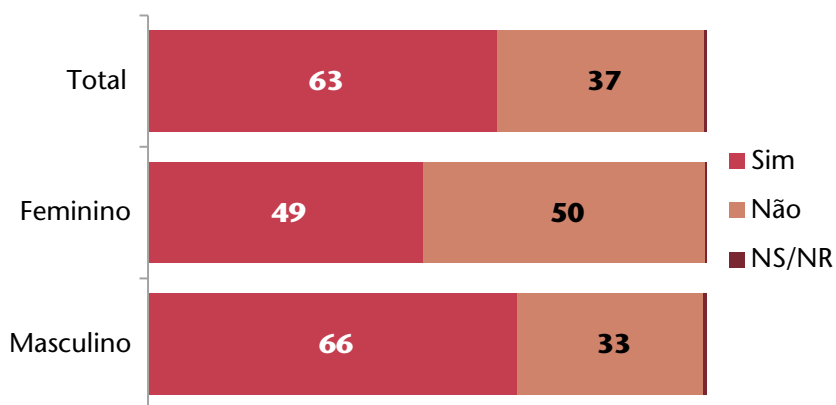
Mais preparadas, mas com chances menores de eleição

Ao se candidatarem pela primeira vez, percentuais muito próximos (estatisticamente equivalentes) de homens e mulheres se sentiam muito preparados para o exercício do cargo. Era esse o sentimento de 48% das candidatas e de 46% dos candidatos entrevistados, em sua primeira tentativa de eleição. Também em proporções iguais, os dois se achavam pouco (45 e 47%, respectivamente) ou nada preparados para o mandato (6 e 3%).



Se na qualificação para atuar na função pública os dois grupos se acham igualmente dispostos, as chances calculadas de vitória eleitoral variam bastante. Apenas 49% das candidatas nutria a esperança de ser eleita ao concorrer pela primeira vez, contra 66% dos candidatos.

Quando você se candidatou pela primeira vez, você achou que ganharia a eleição? (%)

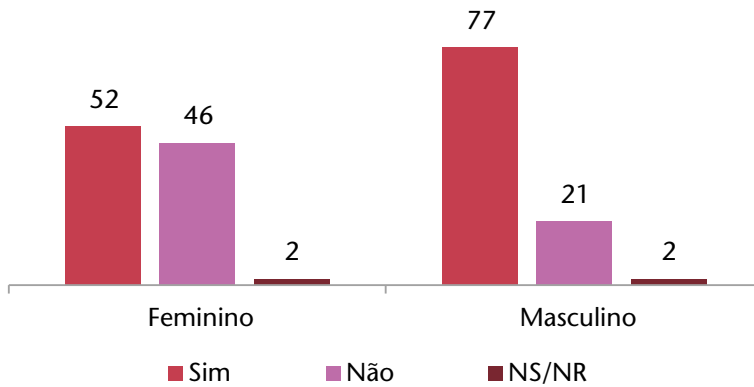


Tomadas individualmente, pode-se dizer que as mulheres fazem previsões mais realistas que os homens, visto que a proporção de eleitos é sempre pequena em relação ao total de candidatas. Mas enquanto grupo, o dado aponta uma maior autoconfiança dos homens em sua capacidade, e, principalmente, uma maior segurança nas oportunidades que o sistema político tem a oferecer – e com as quais nem sempre as mulheres podem contar.

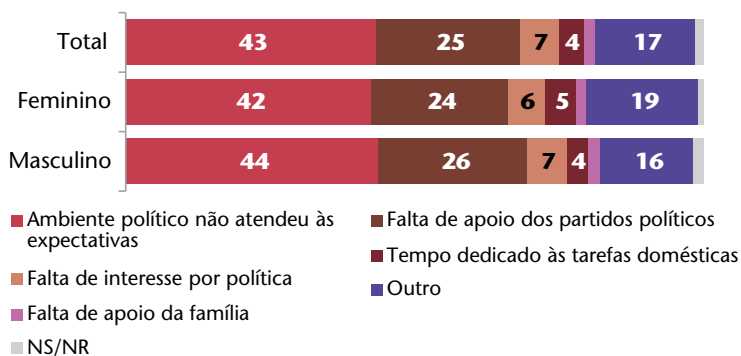
A expectativa do resultado final da eleição é certamente um fator levado em conta por todo provável candidato ao optar por concorrer ou não. O fato de as mulheres encontrarem um ambiente que lhes é mais hostil do que aos homens - e de terem expectativas menores de eleição - provavelmente são aspectos que as têm afastado da vida pública.

Tanto é que, apesar de os motivos declarados para não se candidatar novamente serem praticamente os mesmos por sexo, proporcionalmente muito mais mulheres manifestaram desejo de abandonar suas carreiras políticas, optando por não concorrer em eleições futuras. Enquanto 52% das candidatas vislumbram se candidatar de novo, 77% dos candidatos têm essa expectativa. Também 46% delas afirmam que não irão se candidatar novamente, contra apenas 21% deles.

Você pretende se candidatar novamente? (%)



Qual o principal motivo para você não pretender se candidatar novamente? (%)

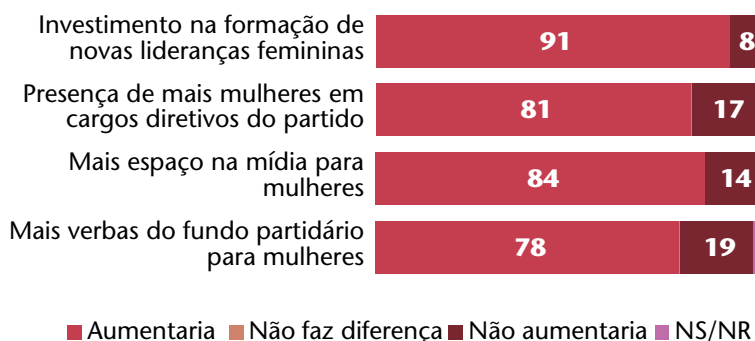


Ações para promover a igualdade: formação de lideranças e maior espaço na mídia

Investimento na formação de novas lideranças femininas foi indicado por 91% dos entrevistados como forma de aumentar a representação feminina em cargos eletivos.

Mais espaço na mídia para mulheres, presença de mais mulheres em cargos diretivos dos partidos e mais verbas do fundo partidário aumentariam a representação feminina em cargos eletivos para 84%, 81% e 78% dos entrevistados, respectivamente.

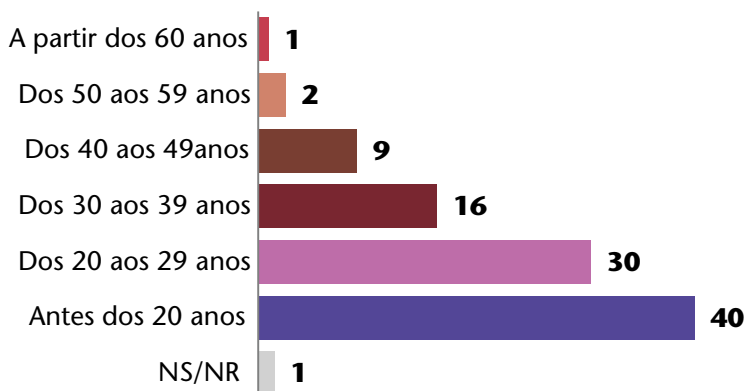
Em sua opinião, as medidas a seguir aumentariam ou não aumentariam a representação feminina em cargos eletivos? (%)



Perfil da Pesquisa

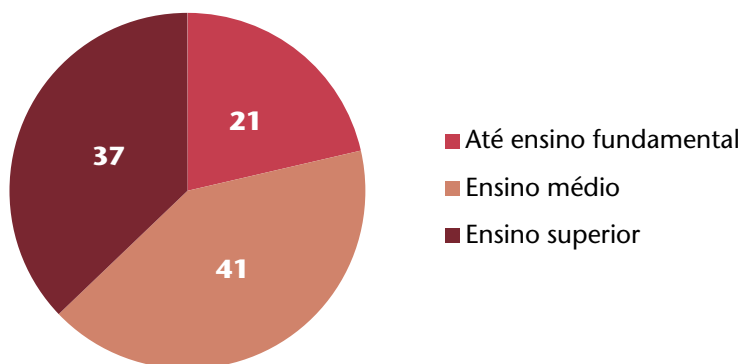
Dos participantes, 40% se interessaram por política antes dos 20 anos, independentemente de sexo, religião, cor ou raça. Apesar disso, 45% dos candidatos entrevistados têm acima de 50 anos.

Com que idade você começou a se interessar por política? (%)



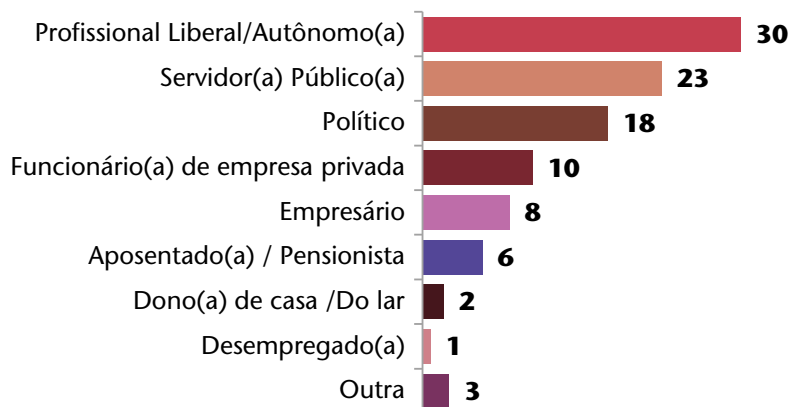
Quanto à escolaridade, 41% têm ensino médio completo, 37% ensino superior, 21% até ensino fundamental.

Escolaridade: (%)

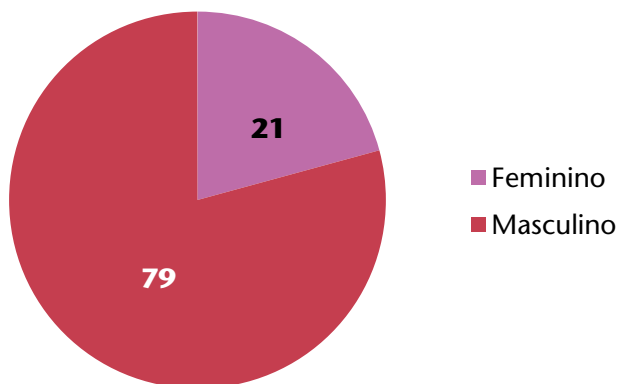


No que se refere ao estado civil dos candidatos, a maioria é casada ou está em união estável - 70% - e 58% têm dois ou três filhos. Observou-se também que a maioria é católica (67%) e da cor branca (54%).

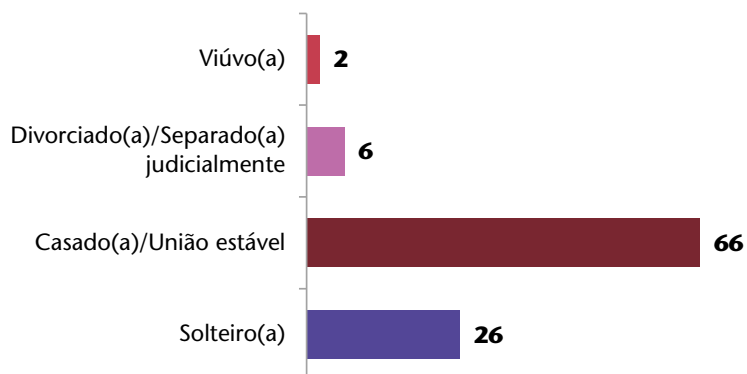
Ocupação: (%)



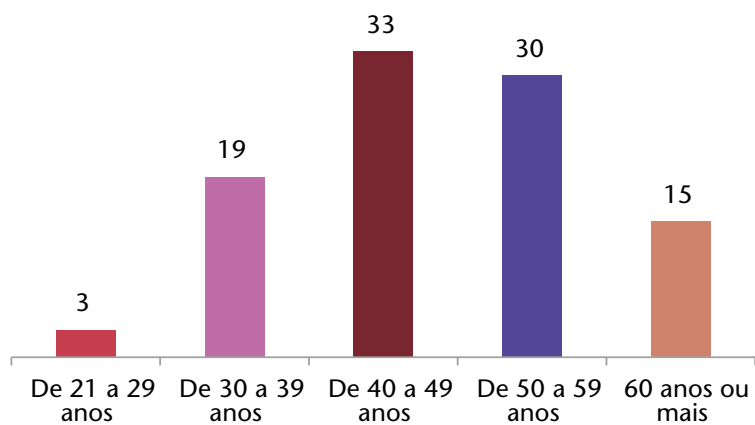
Sexo: (%)



Estado civil no momento da candidatura: (%)



Idade: (%)



Realização

Secretaria de Transparência

Elga Mara Teixeira Lopes – Diretora
Thiago Cortez Costa – Assessor Técnico
Liu de Oliveira Lopes Pereira – Diretora-Adjunta
Tania Mara Fusco - Assessora Parlamentar

Instituto de Pesquisa DataSenado

Marcos Ruben de Oliveira

Serviço de Pesquisa e Análise

Laura Efigênia F. E. de Sousa

Coleta de Dados

Ouvidoria | Alô Senado

Estatístico

Marcos Ruben de Oliveira

Equipe Técnica

Caio Felipe de Brito Andrade
Hilma B. B. Fernandes dos Santos
Jéssica Franco Cançado Richard
Laura Efigênia F. E. de Sousa
Tânia de Souza Trindade

Estagiários

Eduardo Barreto Sulz Gonsalves
Helena Neves Quintas Simões
Lucas de Melo Alves

Apoio Tecnológico

Gabriele Lima Gomes
Paulo Henrique Melo Rufino
Pedro Leonardo de Castro M. Barbosa

Diagramação e Impressão

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

Procuradoria
Especial da Mulher



SENADO
FEDERAL

